

As revelações de Cavalcanti:

- 5 bilhões para o Distrito Federal
- Brasília, futura região metropolitana

As sugestões:

- Criar uma câmara de representantes
- Melhorar o sistema de transportes

Ao iniciar sua palestra ontem, no plenário do Senado, o secretário-geral do Ministério do Interior, engenheiro Henrique Brandão Cavalcanti, declarou que o Governo Federal vai investir 5 bilhões de cruzeiros em Brasília nas áreas de habitação e saneamento, no período de 1975 a 79. A conferência de Cavalcanti, sob o tema "O Governo e a Comunidade", deu prosseguimento ao "I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília", organizado pela Comissão do Distrito Federal no Senado.

O secretário-geral sugeriu a criação de uma câmara de representantes, com a participação de todas as correntes da população — do universitário ao operário — para assessoramento direto do Governo da Capital. Sugeriu ainda que haja entendimentos entre o governo da cidade e órgãos do Governo Federal, no sentido de melhor aproveitar o potencial humano dos jovens, que formam a maioria populacional de Brasília.

Referindo-se ao desenvolvimento da cidade, afirmou que há uma tendência natural para a ocupação da área situada entre o Plano Piloto e Taguatinga, especialmente após a construção do Guarã. Por isso, Brasília começa a tomar posição como candidata a região metropolitana até o final da década.

Na sua conclusão, Cavalcanti afirmou que a mensagem da União a Brasília é de "pólo de atuação e irradiação, opção decidida pela urbanização, incorporação resoluta dos fluxos migratórios". No seu entender, duas providências são mais imediatas: 1) A montagem de uma estrutura decisória que permita maior contribuição da coletividade, no planejamento e administração, e também do Governo do Distrito Federal, no contexto regional a que pertence, podendo-se tomar como exemplo o que ocorre nos Territórios. 2) Abertura para a participação e a mobilização da comunidade no processo

de integração social, utilizando os meios apropriados, e o potencial de boa vontade, principalmente da juventude.

FINALIDADE

O Distrito Federal dispõe hoje de autonomia relativa em termos administrativos, com regime tributário, orçamentário e de pessoal próprio, além do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, tendo o Senado Federal como seu órgão legislativo. Uma vez aceita como válida a função essencialmente político-administrativa, Brasília se identifica como verdadeira Capital, tendo já respondido às três premissas fundamentais a que se propôs: a interiorização do desenvolvimento, localização que melhor atenda à segurança nacional e criação de melhores condições físicas e ambientais para o funcionamento do Governo Federal.

Consolidada com uma população essencialmente urbana e com uma das maiores rendas **per capita** do país, cabe agora indagar se a cidade está em equilíbrio com a rede urbana de seu espaço geográfico, com as regiões produtoras que a envolvem.

GOVERNO DO DF

Cavalcanti, concordando com a criação de um sistema de planejamento, coordenação e controle para o Distrito Federal proposta na terça-feira passada pelo professor José Carlos Coutinho, afirmou que a comunicação entre a administração e a coletividade não raro se ressentem de canais que distorcem, e obstáculos que se interpõem, com prejuízos para ambas as partes.

O Governo do Distrito Federal, sob certos aspectos assemelha-se ao município, sem gozar da respectiva autonomia política e, como entidade de prestação de serviços,

executa uma tarefa hoje condicionada a dois fatores principais: o padrão de qualidade e eficiência inerente à instalação física do Governo Federal e o influxo migratório — induzido ou espontâneo — formado de pessoas de poucos recursos. Percebe-se entretanto que a continuidade da ação administrativa, a procedência das informações que se refletem em ações executivas, e a participação dos habitantes são afetados pela ausência de algum dispositivo de representação.

COMUNIDADE

A consolidação de Brasília não depende apenas do aperfeiçoamento do plano físico e de melhoria dos serviços — embora sejam esses fatores primordiais. A integração do migrante, seja ele o funcionário, o comerciante ou o operário, será muito mais rápida se a comunidade já existente se propuser a recebê-lo e adotá-lo às novas condições.

A grande Brasília — declarou Cavalcanti — já possui uma população total comparável à Grande Belém, considerada oficialmente como uma das oito regiões metropolitanas do País. O conjunto Taguatinga-Ceilândia, por exemplo, constitui na vigésima maior cidade do Brasil, comportando-se inclusive como alguns municípios periféricos do Rio e São Paulo. Desse modo, entende o engenheiro Cavalcanti, para a melhoria da atual situação, há dois pontos a considerar: primeiro, a interferência mais direta, do poder público na questão do uso do solo urbano. Segundo, uma ação decidida no sentido de implantar um sistema eficiente de transporte coletivo.

O I Seminário de Estudos dos problemas urbanos de Brasília prossegue hoje, com o arquiteto Jaime Lerner, prefeito de Curitiba. Ele vai falar sobre a "Humanização das Cidades".